

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 321

**Ensino Superior
no Brasil
1980 — 1991**

Edlamar Batista

OUTUBRO DE 1993

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

PRESIDENTE

Aspasia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR EXECUTIVO

Aécio Gomes de Matos

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

DIRETOR DE PESQUISA

Ricardo Varsano

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação através do Instituto, informando profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília — DF:

SBS, Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10.º andar

CEP 70.076-900

Rio de Janeiro — RJ

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 — 17.º andar

CEP 20.020

SUMÁRIO

1. VISÃO CONJUNTURAL
 2. EVOLUÇÃO DO SISTEMA
 3. POLÍTICAS PÚBLICAS
 4. DISPÊNDIOS DO MEC COM ENSINO SUPERIOR
 5. CUSTO DO ALUNO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR — IFES
 6. CUSTO DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL
 7. ALTERNATIVAS DE POLÍTICA PÚBLICA
- TABELAS DA SEÇÃO 2
- TABELAS DA SEÇÃO 4
- TABELA DA SEÇÃO 5
-

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL - 1990 - 1991

Edlamar Batista*

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da CPS/PEA*

SINOPSE

O presente volume apresenta a evolução do Sistema Nacional de Ensino Superior na década de 80 e biênio 1990-1991, apresentando o cenário das principais variáveis do sistema, tais como: vagas, inscrições no vestibular, ingressos, matrículas, concluintes, evasão, corpo docente, número de instituições públicas e privadas, titulação dos docentes, permanência dos alunos nas instituições, relações aluno/docente e demanda/oferta, e como isto se comportou no período analisado, ficando evidente que alguns fenômenos modificaram o seu aspecto interno. Tais fenômenos são o aumento significativo do número de universidades, através da expansão da rede estadual e particular, apesar das restrições governamentais, e o fato de que este crescimento não foi acompanhado do aporte de recursos financeiros necessários para a melhoria do ensino, a institucionalização da pesquisa e a própria manutenção de sua infra-estrutura física, lançando algumas indagações básicas quanto ao papel social da universidade moderna. Qual a característica dominante do Sistema Brasileiro de Educação Superior, e qual o seu desempenho? Enfoca de modo especial as Instituições Federais de Ensino Superior — IFES, apresentando sua despesa global e o custo anual *per capita* de seus alunos.

1. Visão Conjuntural

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, é preciso planejar o sistema educacional em todos os níveis, e, especialmente, o de ensino superior, de forma a evitar que ele crie obstáculos ao processo de desenvolvimento, não atendendo em tempo hábil suas necessidades de pessoal. Tal planejamento deve partir, primeiramente, do conhecimento da realidade atual e da identificação precisa dos problemas existentes — o que não ocorreu na década de 80, pois, no limiar dos anos 90, constata-se uma série de falhas neste sistema de ensino que prejudicam sua eficiência. Observa-se que este cresceu consideravelmente no período 1965-1975, permanecendo estável desde então, visto que em 1991 suas principais variáveis mantêm as mesmas características que definiram seu perfil na década de 70, porque ainda permanecem inadequadas as oportunidades de matrículas às solicitações de demanda de pessoal de nível superior, maior número de escolas isoladas sobre universidades, maior número de escolas particulares sobre públicas, de cursos de ciências humanas, econômicas e sociais sobre os demais, e de professores somente graduados sobre aqueles com titulação acadêmica *stricto sensu*.

Essas características básicas do sistema são imprimidas pelo setor privado que expandiu rapidamente, massificando o ensino e tornando-o heterogêneo, principalmente do ponto de vista da qualidade.

Portanto, o ensino superior brasileiro chega ao final da década de 80 com um contingente de 1.518 mil alunos, elevando este número para 1.540 mil em 1990 e 1.570 mil em 1991, sendo que a maior parte é trabalhador-estudante que frequenta as instituições privadas de ensino, em sua grande maioria no período noturno, com 56% da oferta de matrículas na região Sudeste distribuída em uma quantidade muito reduzida de cursos concentrados nas seguintes áreas: ciências sociais aplicadas e humanas (56%), ciências exatas e da terra (12,0%), lingüística, letras e artes (10%), ciências da saúde (10%), engenharia/tecnologia (8%), ciências agrárias (2%), e ciências biológicas (2%).

Em decorrência destas características e de sua heterogeneidade, mesmo os objetivos mais gerais perseguidos pelas instituições de ensino superior do Brasil não têm sido satisfatoriamente alcançados. Há muito a se fazer no sentido de atingi-los. O estabelecimento de comunidade entre mestres e alunos que acelere a difusão dos conhecimentos; maior flexibilidade de currículo, permitindo a adequação do ensino às novas condições do desenvolvimento nacional, tendo em vista a revolução tecnológica nas últimas décadas; e o incremento da pesquisa e do trabalho científico em geral são objetivos parcialmente alcançados.

No que se refere ao atendimento à demanda social e econômica por formação profissional, o Brasil encontra-se, atualmente, em posição desfavorável em relação à grande maioria dos países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento similar ao nosso. Contudo, essa questão não será resolvida apenas mediante a criação de novas vagas, tendo em vista que o problema se localiza também na educação básica, onde a repetência e evasão impedem que chegue à escola média um contingente mais expressivo de alunos.

A participação do poder público na oferta geral de matrículas no ensino superior é de 39%, sendo relativamente pequena se considerarmos as profundas diferenças regionais de desenvolvimento e desigualdades na distribuição da renda nacional. Além de ser pequena, a matrícula é mal distribuída entre os diversos cursos, com excesso de estudantes em áreas já saturadas, em detrimento de setores importantes no campo de desenvolvimento tecnológico, evidenciando que a questão da deficiência da oferta não se limita à quantidade, mas envolve também a reestruturação necessária para abranger todos os campos da área tecnológica.

Os currículos, especialmente no caso das licenciaturas, são inadequados não só por não proporcionarem formação básica sólida, como também a formação técnica profissional competente. No caso específico do curso de pedagogia, verifica-se uma precoce redução de habilitações já na graduação, além de não atender às necessidades específicas para o exercício profissional nos diversos níveis e modalidades do ensino, resultando na escassa competência pedagógica do sistema educativo para trabalhar com clientela social e culturalmente

diversificadas. Outrossim, a predominância do corporativismo e do formalismo burocráticos no enfrentamento da questão do magistério com relação à sua formação e à sua remuneração redundou em um dos fatores que, aliado às carências econômicas e sociais das crianças na última década, contribuiu para a ineficiência da escola pública, visto que, de cada três alunos matriculados no ensino fundamental, somente um conclui o curso regularmente.

Esse conjunto de fatores agrava a questão da crescente queda de qualidade do ensino, tanto nos cursos de graduação, como nos de pós-graduação. Vale salientar que, somente a partir de 1988, os procedimentos de avaliação social de qualidade e desempenho passaram a ser preocupação dominante no interior da comunidade universitária.

A rápida expansão da graduação e pós-graduação, *stricto sensu*, não foi acompanhada do aporte de recursos financeiros necessários para a melhoria do ensino, a institucionalização da pesquisa e a própria manutenção de sua infra-estrutura física. Da mesma forma, a expansão da pós-graduação *lato sensu* foi insuficiente, considerando-se as necessidades de educação continuada para o aperfeiçoamento e atualização profissional.

Existem hoje, no país, 893 instituições de ensino superior, sendo 99 universidades e 794 escolas isoladas, federações e integradas. A região Sudeste concentra 62% destas instituições e 56% das matrículas que, em 1991, eram da ordem de 1.570 mil, distribuídas nas instituições por dependência administrativa da seguinte forma:

- particulares - 61%
- federais - 23%
- estaduais - 11%
- municipais - 5%

A relação aluno/docente é de 10,6 ao nível do Brasil, tendo decrescido na última década, pois em 1980 era de 11,8 alunos por docente. Nas instituições públicas essa relação é bem menor, uma vez que as universidades federais e estaduais apresentaram, nesse período, uma média de sete alunos por docente, que é largamente superior a de uma classe de escola maternal.

Comparando esta relação com alguns países, nota-se que o Brasil encontra-se em posição desfavorável.

| PAÍS | RELAÇÃO ALUNO |
|-----------|---------------|
| Brasil | 10,6 |
| França | 20,0 |
| Itália | 24,0 |
| Chile | 12,5 |
| Cuba | 11,0 |
| Argentina | 13,0 |

FONTE: Anuário Estatístico /Unesco

A relação demanda/oferta melhorou na última década, passando de 4,5 alunos por vaga em 1980 para 3,8 em 1991, evidenciando que houve uma expansão na oferta de vagas da ordem de 27% neste período. No entanto, o número de ingressos cresceu somente 20%, elevando o número de vagas ociosas no sistema, o qual passou de 11% em 1980 para 17% em 1991 — representa, em termos absolutos, 70 mil vagas ociosas nas instituições particulares e 20 mil nas públicas.

Um dos fatores que contribuiu para a melhoria da relação demanda/oferta foi a estabilidade da demanda, que cresceu somente 10% nesse período.

O número de concluintes permaneceu estagnado, visto que em 1980 formaram 226 mil alunos ao nível de ensino de graduação e, em 1991, 230 mil, o que demonstra uma distorção do sistema através da evasão escolar e da longa permanência dos estudantes nas instituições, que em média demoram oito anos para concluir os cursos com duração de quatro anos — indício de estar cada estudante brasileiro em universidade pública privando um outro do acesso ao ensino superior gratuito. Quanto a isto, existe o seguinte questionamento: como seria pública, então, uma universidade com tal descaso pela igualdade de oportunidades e pela distribuição da renda nacional?

Da mesma forma, se ao menos esses poucos privilegiados da sociedade brasileira, que se apropriam dos benefícios de uma educação superior gratuita, pudessem compensá-los posteriormente, levando o nosso projeto de desenvolvimento a uma competente contribuição profissional, a iniquidade poderia ser atenuada. Mas não. As variáveis do sistema nos indicam que, para cada dez alunos matriculados, somente seis freqüentam o curso regularmente, e para cada sete alunos matriculados, apenas um se forma.

O acesso a este nível de ensino cresceu, tomando-se massificado, como também a evasão, tal como no ensino básico, é uma triste realidade. Matricularam-se, em 1980, no curso superior 356.667 alunos, dos quais 227.824 concluíram o curso no tempo previsto (cinco anos), indicando uma evasão de 36%. Essa evasão, em 1991, elevou-se para 39%, demonstrando que este problema foi agudizado neste período.

Considerando-se os vários cursos com duração média de cinco anos — já que alguns têm duração menor e outros maior —, as porcentagens de evasão nesse nível de ensino, para todo o país, são as seguintes:

BRASIL
ESTIMATIVA DE EVASÃO ESCOLAR
NO ENSINO SUPERIOR
1980/1990

| ANO | % DOS ALUNOS QUE SE FORMAM | EVASÃO |
|---------|-------------------------------|--------|
| 1980-84 | 64,0 | 36,0 |
| 1981-85 | 65,0 | 35,0 |
| 1982-86 | 63,0 | 37,0 |
| 1983-87 | 63,0 | 37,0 |
| 1984-88 | 63,0 | 37,0 |
| 1985-89 | 63,0 | 37,0 |
| 1986-90 | 61,0 | 39,0 |

FONTE: MEC/Coord. In. Planejamento

Não existem informações concretas que permitam apreciar a razão da evasão, se devida a reprovações, trancamento de matrícula, transferência, ou abandono dos estudos.

Essas distorções evidenciam a falta de diretrizes explícitas de política pública para o setor na última década.

2. Evolução do Sistema

A implantação do ensino superior no Brasil foi iniciativa do governo central, quando da chegada da Corte no Brasil, em 1808, com a criação e funcionamento, no Rio de Janeiro, da Academia Militar e Academia de Marinha. Em 1827, foram criados dois centros de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda.

Na década de 30 surgiram as primeiras universidades, em decorrência da aglomeração de escolas isoladas, mas é no período 1965-1975 que o sistema de ensino superior brasileiro foi objeto de notável expansão, uma vez que as matrículas apresentaram um crescimento de aproximadamente 500%.

Porém, a década seguinte (1975-1985) foi caracterizada como um período de acomodação, visto que a partir de 1975 começam a surgir os decretos proibindo a criação de novos cursos e abertura de novas vagas. A grande expansão que vinha ocorrendo começa a decair, provocando queda nas taxas de crescimento da matrícula e decréscimo no número de instituições, em decorrência das agregações de instituições isoladas em faculdades integradas de regimento unificado, sendo que no quinquênio 1980-1985 chegou a apresentar taxas negativas de crescimento. Assim, em 1991 as principais variáveis que compõem o sistema de ensino superior permaneceram praticamente estáveis, demonstrando que este mantém as mesmas características básicas que definiram seu perfil na década de 70, visto que ainda permanecem os mesmos problemas referentes à relação demanda/oferta, grande quantidade de escolas isoladas sobre universidades, adequação da oferta global às reais necessidades do país, e qualificação dos docentes.

Essas características básicas do sistema são imprimidas pelo setor privado que expandiu rapidamente massificando o ensino, posto que participa com 61% na oferta geral de matrículas, e o setor público, com 39%.

O setor federal, sob supervisão do Ministério da Educação, participa com 23% na oferta global de matrículas e consome mais da metade dos recursos alocados na referida pasta, representando 57% do financiamento global em 1990 e 53% em 1991, tendo perdido ao longo dos anos sua relevância cultural e sócio-econômica no cumprimento de sua missão pedagógica e científica, em decorrência da baixa eficiência apresentada.

Em face dos problemas apresentados, configura-se como característica marcante do sistema nacional de ensino superior a sua heterogeneidade, que não foi pretendida na legislação, embora seja uma realidade dentro da escola.

O projeto de educação superior não foi conjugado com o projeto de ciência e tecnologia de que o país necessita para conseguir os objetivos de uma nação que busca o desenvolvimento econômico e social. Nesse aspecto, a educação não é tratada como prioridade nacional e conseqüentemente não é utilizada como recurso estratégico para reduzir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. As variáveis do ensino superior permaneceram praticamente estáveis, evidenciando uma política de contenção deste ensino que foi viabilizada através de atos governamentais, ao proibir a criação de novos cursos e aumento significativo de vagas, o que retrata por parte do governo autoritário, de transição (nova república) e democrático, as hesitações referentes à implementação de diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Ensino Superior.

As Tabelas de 1 a 6 anexas evidenciam, em termos globais, que o sistema de ensino superior sofreu pequenas alterações na última década e que o realinhamento interno atinge principalmente a variável *corpo docente* (ver Tabela 1), o qual apresentou um crescimento de 21% na década de 80 e 26% em 1991, em termos brutos. Na área federal, esse crescimento foi de 7%, elevando o número de funções docentes contratadas em 1991 para 48.250, mas somente 43.404 entraram em exercício, apresentando um percentual do 10% de docentes afastados, sendo o mais elevado por dependência administrativa, pois o estadual e privado é de 9%, e municipal, 5%. No entanto, as redes estadual e particular aumentaram o número de suas funções docentes em 74% e 28%, isoladamente.

Observa-se, em níveis globais, que o percentual de docentes afastados era de 6% em 1980, elevando-se para 10% em 1989 e 1991.

Com relação ao número de instituições (ver Tabela 2), verifica-se que ocorreu a formação de faculdades integradas e de universidades a partir da unificação de instituições isoladas, especialmente nos âmbitos estadual e particular, considerando que, no período de 1980 a 1991, o número de universidades estaduais passou de nove para 19, e de universidades particulares, de 20 para 40. Portanto, o número de estabelecimentos isolados estaduais cresceu nesse período em 43%, demonstrando a expansão da rede estadual, e o particular e municipal decresceu em 5% e 10%, respectivamente, evidenciando este aspecto do realinhamento interno. O setor federal praticamente não expandiu o número de estabelecimentos de ensino nesse período.

O crescimento apresentado pela matrícula nas instituições de ensino superior, a partir de 1980, mostra claramente o efeito das medidas restritivas da expansão desse nível de ensino, uma vez que cresceu somente 13% neste período, sendo 10% na década e 3% no período 1989-1991, conforme a Tabela 3.

As universidades estaduais, municipais e particulares foram as que mais contribuíram para a expansão das matrículas, visto que, isoladamente, cresceram em 88%, 43% e 50%, respectivamente, sendo que o setor federal permaneceu praticamente inalterado, tendo aumentado somente a partir de 1990, em decorrência da política do governo que se iniciava. O aumento de 26% no número de docentes contratados ocasionou uma queda na relação alunos/docentes, que passou de 11,8 para 10,6 alunos por professor (ver Tabela 4). Nas instituições públicas, essa relação é bastante inferior à média geral, vez que as universidades federais e estaduais apresentaram, nesse período, uma média de sete alunos por professor.

O número de concluintes mantém-se praticamente nos mesmos patamares (ver Tabela 4), visto que, em 1980, o número de profissionais lançados no mercado formal de trabalho foi de 226.423 mil e, em 1991, de 230.271 mil, o que evidencia uma distorção do sistema através da longa permanência dos estudantes nas instituições, tendo em vista que normalmente demoram oito anos para concluir cursos com duração de quatro. O mesmo diz respeito à evasão escolar, que passou de 36% em 1980 para 39% em 1991, também demonstrando a ineficiência do sistema, pois de cada dez alunos matriculados somente seis concluem o curso.

Com relação à titulação dos docentes, a Tabela 5 mostra que, em 1980, 26% eram detentores do título de Esp./Aperfeiçoamento, 14% do título de mestrado e 11% de doutorado, elevando-se em 1989 para 29%, 19% e 12%, respectivamente. Em 1991, esses percentuais elevaram-se para 30%, 20% e 12%, indicando que na última década pouco foi feito para a melhoria da qualificação docente, que muito tem contribuído para a falta de qualidade nas instituições de ensino.

Uma das variáveis que apresentou uma notável expansão foi a oferta de vagas, crescendo 27% em termos globais, sendo 16% na década de 80 e 11% no período de 1989-1991, o que demonstra a massificação deste ensino.

As universidades estaduais e particulares foram as que mais contribuíram para essa expansão, visto que aumentaram a sua oferta em 59% e 27%, respectivamente. O setor federal permaneceu inalterado até 1989, voltando a expandir em 1990 quando apresentou uma taxa de crescimento de 14% no período 1990-1991, indicando um crescimento significativo nestes dois últimos exercícios em decorrência de um acordo firmado pelo MEC com as IFES, visando à expansão do ensino noturno e queda no número de vagas ociosas. A matrícula é um indicador de que, na década de 80, foram criadas várias instituições a partir de faculdades já existentes, vez que houve redução de 8% na matrícula oferecida pelas instituições isoladas do setor particular e elevou-se o número das mesmas nas universidades, evidenciando que foram remanejadas.

Apesar das normas restritivas à expansão, a oferta de vagas cresceu neste período devido à autonomia legal de que gozam as universidades, tendo prerrogativa de criar novos cursos e abrir novas vagas, sem prévia anuência dos órgãos governamentais.

A demanda global para o ensino superior, medida pelo número de inscrições nos vestibulares, apresentou, nesta década, um crescimento de apenas 10%, o que implica um decréscimo na relação demanda/oferta de 4,5 candidatos por vaga em 1980 para 3,8 em 1991, conforme demonstrado na Tabela 6 anexa.

Em 1980 a demanda nas universidades federais era de 7,8 alunos por vaga oferecida, passando para 6,6 e 7,1 candidatos em 1989 e 1991, respectivamente, tendo melhorado em decorrência da expansão de 20% na oferta de vagas e de o número de inscrições ter crescido apenas 10%, pois, em 1980, era de 511 mil alunos e, em 1991, de 564 mil. Observa-se que a relação demanda/oferta, em níveis globais, melhorou em virtude da demanda ter permanecido reprimida.

Ao comparar o número de vagas com o de ingressos, observa-se que, em 1980, 12% das vagas oferecidas nos vestibulares não foram preenchidas (5% nas públicas e 7% nas particulares). Em 1989 elevou-se para 18%, caindo para 17% em 1991 — em termos absolutos, representa 90 mil vagas ociosas nas instituições de ensino.

Os dados apresentados pelo ensino superior demonstram a predominância, em termos quantitativos, do setor particular sobre o público. Somente com relação ao número de docentes, houve maior expansão do setor público sobre o privado.

Este é o cenário das principais variáveis do sistema, ficando evidente que alguns fenômenos modificaram o seu aspecto interno, tais como: o crescimento da rede estadual, com o aumento significativo do número de universidades; a retomada da expansão através da rede municipal e particular, apesar das restrições governamentais; e a contenção da demanda com relação às universidades federais até 1989.

Nesse período foram criadas e ampliadas várias universidades e instituições estaduais isoladas, nas seguintes unidades da Federação: Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e São Paulo, não estando claro os objetivos que levaram esses estados à criação destas instituições, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as necessidades em relação ao ensino fundamental e médio são acentuadas e, paralelamente, solicitam recursos externos para resolvê-los. O setor estadual, em 1980, representava 7% da oferta geral de matrículas, passando para 11% em 1991, o que demonstra seu crescimento.

Os decretos publicados nesta década, proibindo temporariamente a criação de novos cursos, não tiveram força suspensiva sobre os processos que tramitavam junto aos conselhos federal e estadual da Educação, uma vez que novos cursos foram criados, de modo especial em cidades da região Centro-Oeste. As aprovações desses cursos pelos conselhos evidenciam a expansão de escolas particulares e públicas no sentido quantitativo e não qualitativo, posto que as exigências puramente formais e burocráticas dos mesmos baixaram de nível, e pequenas cidades que mal apresentam condições de atender as demandas do ensino fundamental e médio receberam autorização para abertura de escolas superiores.

A contenção da demanda no tocante às universidades federais fica demonstrada na relação entre candidatos e vagas nesse setor, apesar de ter sido reduzida no período 1980 – 1991. Essa relação continua elevada em decorrência da gratuidade do ensino e da procura pelos cursos que representam melhor oportunidade no mercado formal de trabalho, como a informática, a automação, biotecnologia, química fina e as inovações tecnológicas industriais.

3. Políticas Públicas

Na última década e no biênio 1990–1991, os objetivos mais gerais perseguidos pelas instituições de ensino superior do Brasil não foram alcançados em decorrência da falta de diretrizes explícitas de política pública para o setor, cabendo ressaltar, neste contexto, o Sistema Federal de Ensino Superior. A ausência de diretrizes conseqüentes fez com que, no limiar dos anos 90, os problemas sejam crônicos, considerando-se que ainda é necessário consolidar o ensino superior, melhorar a qualidade do ensino, abolir o modelo único de

universidade, integrar a universidade com o ensino fundamental e médio, e dar maior flexibilidade de currículo, permitindo a adequação do ensino às novas condições de desenvolvimento nacional.

A educação superior sempre foi tratada nos planos governamentais como prioridade, porém, a realidade tem mostrado que as ações não são implementadas. No entanto, em 1985, com o governo denominado nova república, a retórica aparece com mais transparência no I PND-NR, onde fica explícito que é prioridade nacional superar a crise da universidade brasileira por intermédio das seguintes diretrizes políticas:

- revitalizar a universidade brasileira dando-lhe condições de pleno funcionamento, através de adequada infra-estrutura técnica e administrativa, adotando uma política de pessoal pelo respeito ao mérito e a competência para que a mesma possa cumprir com autonomia, liberdade de trabalho, competência e qualidade sua missão pedagógica e científica;
- adequar a educação superior às novas condições de desenvolvimento nacional e torná-la mais eficiente para responder às demandas da sociedade e do setor produtivo; e
- solucionar problemas crônicos, como, por exemplo: manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, indefinição da política voltada para o aperfeiçoamento e a profissionalização dos docentes, precariedade do financiamento, fragilidade das ligações entre as pesquisas universitárias e a realidade econômica e social do país, e, finalmente, integração da pesquisa com o ensino de pós-graduação.

Note-se que neste plano existia uma firme disposição do governo em resolver as questões atinentes à educação superior. Contudo, as diretrizes estabelecidas para o setor concentraram-se em questões de ordem institucional e administrativa, partindo da premissa de que, sem resolver os problemas conjunturais de autonomia administrativa, financeira e acadêmica, as instituições de ensino superior não teriam condições de cumprir seus objetivos. O enfoque era solucionar a questão administrativa, pois não foi traçada uma política visando estabelecer as condições para que a universidade executasse com eficiência sua missão de centro efetivo de formação cultural e intelectual dos cidadãos, e de elaboração e difusão do conhecimento.

Outra questão de ordem política é que a Secretaria de Educação Superior (Sesu) perdeu espaço político na década de 80 para outras secretarias do MEC, restando-lhe o papel de operacionalizadora e administradora de parte dos serviços referentes ao ensino superior, tendo definido algumas diretrizes de trabalho em relação às Instituições Federais de Ensino Superior, como: ultrapassar a função formadora de mão-de-obra, consolidando sua missão de elaboração e difusão do conhecimento; propiciar autonomia universitária e democratização das estruturas e funções da educação superior; aperfeiçoar mecanismos de financiamento e de avaliação do desempenho das universidades; fortalecer a pesquisa universitária e da pós-graduação; e adequar a oferta do ensino de graduação, assegurando o crescimento qualitativo e quantitativo.

A despeito dos esforços para alcançar os objetivos propostos e resolver os problemas do setor, só foi possível criar neste período o Projeto Integrado para o Desenvolvimento do Ensino Superior — PIDES, que visa fomentar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES e o programa de apoio e fomento ao ensino superior denominado *Programa Nova Universidade*, que constava das linhas programáticas do I PND-NR, objetivando restaurar a dignidade da universidade brasileira, através do apoio às ações voltadas para a solução dos pontos críticos do sistema de educação superior, tais como: melhoria da qualidade do ensino de graduação; capacitação dos docentes; apoio institucional aos programas de pós-graduação e pesquisa; interação com o setor produtivo; e revisão do sistema de bolsas de estudo de pós-graduação. Esse programa foi apresentado com muita motivação política, e pouco planejamento para implementá-lo, devido à limitação financeira. Entretanto, a revisão do programa de bolsas para pós-graduação foi realmente efetivada através da Exposição de Motivos nº 007/87, tendo aumentado substancialmente o número de bolsas, bem como

vinculado o seu valor ao salário dos docentes, o que resultou em uma remuneração mais condizente para os bolsistas do sistema tanto no país como no exterior.

A Secretaria de Ensino Superior passou a ser a coordenadora da política do ensino superior, com relação ao programa principal (o PIDES), definindo as seguintes metas a serem executadas:

- conhecimento do sistema de educação superior, visando capacitar-se para a produção de informações sobre a realidade universitária;
- acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação; e
- articulação do processo de programação e orçamento da educação superior.

Observa-se que não houve condições políticas para implementação das ações, com o objetivo de cumprir as diretrizes estabelecidas nos planos governamentais, redundando no agravamento da crise existente no Sistema de Educação Superior.

Em 1990 inicia-se um novo governo que encontrou uma situação crítica no Sistema Federal de Ensino Superior, em virtude da falta de diretrizes para o setor, da debilidade dos instrumentos legais de controle, e dos constantes conflitos corporativos e institucionais, decorrentes do sindicalismo universitário. O sistema, como toda administração pública, aguardava com expectativa as novas diretrizes a serem estabelecidas pela reforma administrativa, tendo sido grande o impacto político em relação às primeiras medidas tomadas, tais como: redução do funcionalismo das IFES, corte nas gratificações e adoção de controle interno; estudos para alteração no sistema de vestibular, objetivando evitar a permanência de vagas ociosas; e proposta de livre negociação das mensalidades escolares.

Em vista disso, o Ministério da Educação negociou com as universidades federais um acordo para reduzir despesas e aumentar gradativamente a oferta de ensino noturno, uma vez que a maioria destas instituições apresenta, de forma diferenciada, baixos níveis de eficiência operacional, como também ociosidade de recursos humanos e de infra-estrutura, além de casos de empreguismo que são ligados ao envolvimento de algumas IES nas disputas eleitorais estaduais.

Em conseqüência da solicitação de aumento da oferta de cursos noturnos, houve uma retomada de expansão de vagas, materializada no aumento de dez mil vagas no biênio 1990-1991. Em 1991 foram oferecidas 79 mil vagas distribuídas entre 1.309 cursos de graduação, cobrindo todas as áreas do conhecimento, tendo crescido 14% em dois anos, visando reduzir o número de vagas ociosas. Todavia, a oferta em cursos noturnos é ainda muito pequena, representando somente 15% do total de vagas, e os cursos oferecidos em sua maioria vinculam-se somente às áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e letras, prevalecendo os cursos diurnos que preenchem 85% das vagas oferecidas e que são dirigidas para um ensino de elite, dentro da qual pode-se encontrar ilhas de excelência, pós-graduação e pesquisa de ponta. Nota-se que o setor federal não ampliou satisfatoriamente sua oferta em cursos noturnos, e, em decorrência disso, restringiu o acesso a este nível de ensino aos estudantes-trabalhadores que pertencem às classes sociais mais carentes, ficando rotulado como um ensino "elitista", vez que o perfil de seus estudantes é de classe média e alta, gerando controvérsias quanto ao seu financiamento, já que 70% de seu alunado podem financiar seus estudos.

Outrossim, o alunado tido como de baixa renda e que integra o mercado formal de trabalho tem de custear seus estudos, porque a única alternativa que lhe resta é freqüentar as instituições particulares que oferecem maior quantidade de vagas em cursos noturnos, embora de qualidade duvidosa, uma vez que o Ministério da Educação não tem exercido rigorosamente sua ação fiscalizadora.

Outra questão grave apresentada nesta década relaciona-se com a política de recursos humanos, considerando-se que o contingente de docentes e administrativos elevou-se

consideravelmente, enquanto o desempenho das IFES apresentou baixos níveis de eficiência operacional, refletidos através da longa permanência dos alunos nestas instituições e nas relações aluno/docente e aluno/administrativo que continuam muito elevadas — sete alunos para um professor, e sete para um administrativo.

Com relação ao número de docentes, a retórica de que nem todos estão em exercício também não é válida, pois, neste período, somente 10% dos contratados estavam afastados e 80% trabalhavam em regime de tempo integral, demonstrando que o sistema estava inchado e isto tem dificultado uma política salarial mais condizente para a classe.

Tendo em vista este cenário, a nova administração elaborou o Plano Plurianual 1991-1995, estabelecendo como diretrizes e objetivos do Ministério da Educação para o ensino superior o seguinte:

Diretrizes

- o aperfeiçoamento e melhoria do desempenho da universidade pública com avaliações periódicas das diferentes unidades do sistema; e
- aprimoramento do sistema de pós-graduação, com efetiva integração entre as atividades de ensino e pesquisa.

Objetivos

- desenvolvimento do ensino superior de graduação, democratização do acesso à universidade e estímulo ao seu aperfeiçoamento acadêmico e gerencial, com ênfase no apoio aos projetos das instituições federais de ensino voltados para melhoria dos equipamentos e dos laboratórios, para implantação de cursos noturnos e introdução de mecanismos periódicos de avaliação de desempenho; e
- consolidação da pós-graduação mediante concessão de bolsas e assistência financeira aos programas, bem como maior articulação com o sistema produtivo.

Note-se que o enfoque é de ordem institucional e administrativa. Novamente, as diretrizes estabelecidas não foram implementadas, vez que a prioridade do novo governo era a reestruturação do gasto público, visando assegurar o equilíbrio nas contas públicas. Em decorrência da política recessiva instalada no país, a arrecadação da União reduz-se drasticamente, afetando todos os setores e, de forma substancial, o sistema federal de ensino superior. Como sempre, não foi estabelecida uma política declarada que criasse condições de pleno funcionamento das instituições de ensino superior no Brasil.

Considerando estes fatores, o sistema federal de ensino superior deve ser rediscutido e democratizado, tornando-se necessário o debate com toda a sociedade acerca de sua função e manutenção. Quanto à sua função, torna-se necessário frisar que atualmente se restringe à formação do ensino profissional e a sua manutenção é muito elevada se considerarmos que os recursos federais estão cada vez mais escassos devido à crescente queda da receita do Tesouro, restando como alternativa uma reformulação profunda em relação à manutenção deste sistema de ensino pela União. Isto será objeto de análise especial na Seção VII.

4. Dispêndios do Mec com Ensino Superior (1980-1991)

A despesa global executada pelo Ministério da Educação cresceu em 125% no período 1980-1989, decrescendo a partir deste exercício até 1991 em 49%, o que demonstra uma variação significativa em relação aos recursos alocados para a área de educação, conforme especificado a seguir. Esta variação negativa em termos de recursos foi decorrente da política recessiva instalada pelo governo, redundando na crescente queda da receita do Tesouro.

DESPESA GLOBAL COM EDUCAÇÃO (1980/1991)
(Preços Médios/91 - bilhões)

| | | |
|------|---|---------|
| 1980 | — | 1.535,0 |
| 1989 | — | 3.446,0 |
| 1990 | — | 2.385,0 |
| 1991 | — | 1.748,0 |

Os dados financeiros nos indicam que a despesa média global anual com educação, na década de 80, foi da ordem de Cr\$ 2.275 bilhões e no biênio 1990-1991, de Cr\$ 2.067 bilhões, apresentando uma queda real de 9,1%. Destes montantes, mais de 50% são aplicados na programação destinada a atender o ensino superior, visto que a principal prioridade do MEC é a manutenção do Sistema Federal de Ensino Superior (SFES). O orçamento destinado a este ensino apresentou uma despesa média global anual de aproximadamente Cr\$ 1.160 bilhões e Cr\$ 1.120 bilhões, nos respectivos períodos. Os valores indicam que, em termos de despesa média, não houve grandes oscilações, ficando evidente que a crise na universidade não é financeira, e sim de ordem administrativa.

O biênio 1990-1991 será demonstrado de forma detalhada por ter apresentado uma variação significativa no volume de receitas e despesas alocado neste setor, tendo em vista que na década de 80 os dispêndios não sofreram grandes oscilações e apresentaram um crescimento médio de 12,5 ao ano, e os subprogramas que concentram um maior volume de recursos são os mesmos, indicando que não houve variação na programação, mas redução de recursos de forma linear.

Tendo em vista a queda na arrecadação do Tesouro e a obrigação constitucional de alocar um maior volume de recursos para o ensino fundamental, o percentual gasto com este ensino continuou elevado, conforme demonstrado na Tabela 1 anexa, representando 57% e 53% dos dispêndios, dada a falta de condições do Ministério para a redução destas despesas. A citada Tabela apresenta os principais programas/subprogramas que integram a despesa global executada pelo MEC, cabendo ressaltar que o valor referente ao ensino superior engloba todas as despesas vinculadas ao mesmo.

Estas despesas são financiadas com recursos do Tesouro e de outras fontes, porém, a receita proveniente da União financia 89% e 84% destes dispêndios, confirmando que o SFES sobrevive de uma única fonte — recursos do Tesouro alocados no orçamento do Ministério da Educação.

ENSINO SUPERIOR
FONTES DE FINANCIAMENTO
1990/1991

(Cr\$ bilhões)

| Orçamento | Fontes de Financiamento | | | | | |
|-----------|-------------------------|---------|---------|-------|---------------|--|
| | Ensino Superior | | Tesouro | | Outras Fontes | |
| | % | | % | | % | |
| 1.321,0 | 100 | 1.172,0 | 89 | 149,0 | 11 | |
| 926,0 | 100 | 769,0 | 84 | 157,0 | 16 | |

Fonte: MEC/Orçamento Executado 1990/1991
(Valores convertidos a preços médios de 91 — índice IGP/FGV)

Os recursos do Tesouro, em termos absolutos, decresceram de um ano para o outro, e os decorrentes de outras fontes aumentaram, mas continua sendo o principal financiador do sistema, onde destaca-se a fonte 112 — manutenção e desenvolvimento do ensino — que responde por 84% e 81%, respectivamente. Deste montante de recursos, 94% destinam-se a despesas de custeio, e 6% às de capital, o que revela as condições de infra-estrutura das mesmas.

Para análise da evolução das despesas executadas pelo MEC referentes ao ensino superior, apresentamos as Tabelas 2 e 3 (em anexo) que indicam, através da aplicação de recursos, os subprogramas mais significativos a preços correntes e médios de 1991, evidenciando, em termos reais, que o volume de receitas e despesas decresceu 30% em um exercício.

Observa-se que alguns subprogramas concentram a maioria absoluta dos recursos, tais como: ensino de graduação, que compreende projetos de coordenação e manutenção dos serviços administrativos, coordenação e manutenção do ensino, manutenção do acervo bibliográfico, representando 69% do total do programa, tendo sofrido uma redução de 4% em relação aos recursos alocados.

O segundo subprograma de maior volume é o de assistência médica e sanitária com Cr\$ 131.911 milhões, representando 14% da despesa executada, embora reduzido em 1% em termos reais, pois em 1990 foram alocados para esse fim Cr\$ 198.703 milhões. Esse programa compreende as ações de manutenção dos hospitais universitários, construção e reparos de outros e manutenção de alguns convênios por parte de instituições que ainda não dispõem de hospitais próprios. A existência destes hospitais está correlacionada com a função *educação*, e estes desempenham um importante papel no setor *saúde*, atendendo a comunidade na qual estão inseridos.

O terceiro subprograma, com 8% dos recursos, é o de pós-graduação, que compreende projetos e atividades ligadas à manutenção do subsistema nacional de pós-graduação. Os gastos com este ensino foram melhorados no que diz respeito à alocação de recursos, passando de 6% em 1990 para 8,0% em 1991.

O quarto subprograma, com 4% das despesas, é o de bolsas de estudo, a cargo da Coordenação do Pessoal de Nível Superior (Capes), que é o órgão responsável pelo desenvolvimento e coordenação das atividades de pós-graduação no país, destacando-se dentre suas funções o acompanhamento e avaliação da pós-graduação. Este subprograma foi priorizado dentro da política de capacitação de recursos humanos, tendo crescido substancialmente em termos de alocação de recursos.

O quinto subprograma é o dos *campi* universitários, com 1,0% das despesas e compreende as ações desenvolvidas com vistas à construção, ampliação e reformas dos *campi* universitários das IFES, incluindo-se no mesmo as atividades e projetos de infra-estrutura. Essas despesas eram financiadas com recursos provenientes do acordo MEC/BIRD e da (contrapartida FAS). Após a conclusão desta operação de crédito, o volume de recursos para esta finalidade reduziu-se drasticamente, uma vez que o orçamento federal para este nível de ensino está todo comprometido com despesas correntes, tendo decrescido 1% em relação a 1990.

Os subprogramas pesquisa fundamental, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimentais representam somente 1% da despesa global e compreendem atividades ligadas à coordenação e manutenção da pesquisa, objetivando assegurar a implementação de ações e dos meios que concorram para o fomento da mesma, na busca da melhoria da qualidade do ensino e de vida da população. O pequeno percentual apresentado por estes subprogramas não reflete a totalidade dos seus gastos, visto que este segmento, em grande escala, é financiado pelas fundações de apoio — instituições vinculadas às universidades, mas que não integram o orçamento das mesmas.

Os demais subprogramas, vinculados à coordenação e manutenção da administração, assistência a educandos e assistência financeira a instituições federais e privadas, representam 3% dos dispêndios globais.

No orçamento do ensino superior, o principal volume de recursos é dispendido com a manutenção das IFES, representando 92%, no biênio 1990-1991. Em 1991, o orçamento executado foi de Cr\$ 926 bilhões. Destas, Cr\$ 873 bilhões referentes à manutenção e, dentro deste montante, as despesas de pessoal e encargos sociais somam Cr\$ 655 bilhões, o que representa 75% dos gastos com custeio administrativo, distribuídos nas 53 instituições. As despesas com pessoal compreendem o pagamento de 48.250 mil professores e 48.357 técnico-administrativos. As despesas de capital representam somente 6% do orçamento executado.

Quanto aos recursos alocados para o ensino superior no país e os órgãos que controlam sua elaboração, execução e controle, cabem as seguintes críticas:

- O orçamento deixou de ser um instrumento de planejamento para tornar-se poderoso instrumento de controle, não existindo por parte da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), que é o órgão central de orçamento e do Ministério da Educação, uma visão das ações desenvolvidas pelas unidades supervisionadas.
- Não há coordenação pela Sesu do processo de programação e orçamento da educação superior, bem como avaliação para alocação de recursos na consolidação do orçamento das IFES.
- O orçamento tornou-se um procedimento burocrático que repete todos os anos as mesmas despesas, sem preocupações com a maximização dos recursos, prioridades e avaliações dos programas e produtos.
- Na alocação de recursos não é considerada a eficiência e produtividade de cada instituição, nivelando a boa e má administração.
- Com relação ao controle, verifica-se que não existe supervisão, uma vez que a secretaria responsável por tal finalidade apenas contabiliza as despesas, sem se preocupar com a correta execução orçamentária dos programas, e nenhum órgão analisa tais informações para subsidiar futuras alocações de recursos.

Igualmente, no tocante à execução orçamentária, não é possível analisar isoladamente o orçamento de cada unidade, por não ser publicado anualmente um documento contendo a despesa executada pelas mesmas, tornando-se impossível saber se os recursos foram bem administrados e identificar as dificuldades encontradas. A consequência disso é a falta de condições para avaliar o desempenho individual de cada entidade supervisionada, favorecendo a permanência do velho chavão de que faltam recursos para a universidade.

Os números demonstrados indicam que o volume de recursos alocados para este nível de ensino, se tivessem sido maximizados através de uma boa gestão, com certeza seria suficiente para que a universidade pública prestasse um bom serviço à comunidade na qual está inserida.

5. Custo do Aluno nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES

Na década de 80, a despesa média global anual com ensino superior foi da ordem de Cr\$ 1.160 bilhões e, no biênio 1990-1991, de Cr\$ 1.120 bilhões, enquanto que a despesa executada foi cerca de Cr\$ 1.321 bilhões e Cr\$ 926 bilhões respectivamente, apresentando uma perda real de 30% em virtude da crescente queda na arrecadação dos recursos do Tesouro. Este fato reflete a necessidade de otimização dos recursos por estas instituições e, conseqüentemente, redução do custo anual *per capita*¹ dos alunos, dado que a União não tem apresentado condições de financiar de forma irrestrita a programação necessária. Isto, segundo as IFES, resultou na longa crise financeira e institucional da universidade.

¹ O custo global e médio anual *per capita* é um indicador da administração dos recursos, evidenciando sua otimização ou desperdício.

Para identificarmos o custo anual *per capita* de cada aluno, apresentaremos dois tipos de despesa: *despesa média global* e *despesa média*.

Quanto aos critérios adotados para se chegar à despesa média global por aluno matriculado nas IFES, serão considerados todos os subprogramas vinculados ao ensino superior, considerando como despesa média global por aluno a despesa executada no exercício dividida pelo número de alunos matriculados:

$$\text{DMG} = \frac{\text{volume de recursos}}{\text{n}^{\circ} \text{ de alunos matriculados}}$$

Assim, serão computados tanto os componentes diretos, dos quais fazem parte os subprogramas ensino de graduação e pós-graduação, quanto os indiretos, como pesquisa, *campus* universitário, assistência médica e sanitária e bolsas de estudo, tendo em vista que a razão desses subprogramas é possibilitar a formação dos alunos no terceiro grau, o que nos leva a crer que não devem ser excluídos para cálculo da citada despesa.

Dentre estes subprogramas, o de pesquisa não reflete a totalidade dos seus gastos, visto que este segmento, em grande escala, é financiado através das Fundações de Apoio-Instituições vinculadas às universidades, mas que não integra o orçamento das mesmas.

O subprograma assistência médica e sanitária — hospitais universitários integra a despesa média global, uma vez que a existência dos mesmos está correlacionada com a função *educação*.

Quanto à década de 80, será considerada a despesa média global anual.

No que se refere aos quantitativos físicos, consideraremos a média anual de matrículas na década de 80 e o número de alunos matriculados no biênio 1990-1991, conforme Tabela 1.

Com base nestes indicadores, obteremos a *despesa média global* por aluno matriculado. A seguir, encontraremos a *despesa média*, excluindo-se os segmentos pesquisa, assistência médica e sanitária e extensão universitária.

Esta delimitação atende aos anseios daqueles que desejam conhecer a despesa média, sem levar em conta os componentes indiretos, não obstante tratar-se de subprogramas também ligados ao programa de ensino superior.

A seguir, apresentaremos o orçamento executado na década de 80 e biênio 1990/91 a preços médios/91, esclarecendo que os valores monetários nacionais serão convertidos em dólares americanos (dólar médio/91 = 408,73).

Orçamento Executado/Ensino Superior:

| Exercício | (bilhões) | |
|-----------|----------------|----------------|
| | Despesa Global | Despesa Direta |
| 1980-89 | 1.160,0 | 986,0 |
| 1990 | 1.321,0 | 1.096,0 |
| 1991 | 926,0 | 780,0 |

Com base nestes indicadores, poderemos obter a *despesa média global* - DMG, *per capita*.

DESPESA MÉDIA GLOBAL PER CAPITA (DMG)

| EXERCÍCIO | CR\$ MIL | US\$ |
|-----------|----------|---------|
| 1980-89 | 3.594,0 | 8.793,0 |
| 1990 | 3.805,0 | 9.309,0 |
| 1991 | 2.623,0 | 6.417,0 |

**DESPESA MÉDIA DIRETA —
PER CAPITA (DMD)**

| | Cr\$ mil | US\$ |
|---------|----------|---------|
| 1980-89 | 3.055,0 | 7.474,0 |
| 1990 | 3.157,0 | 7.724,0 |
| 1991 | 2.210,0 | 5.407,0 |

Os custos global e médio anual dos alunos nas instituições federais foram de US\$ 8.793, e US\$ 7.474 na década de 80, US\$ 9.309 e US\$ 7.724 em 1990, apresentando uma queda significativa no custo *per capita* em 1991, passando para US\$ 6.417 e US\$ 5.407.

Verifica-se que mesmo apresentando uma variação substancial em 1991, o custo mensal do aluno é elevado, se considerarmos a eficiência destas instituições, bem como os serviços prestados à comunidade. Certamente, as instituições nacionais privadas e internacionais que apresentarem um custo anual *per capita* dessa ordem são de boa qualidade — a anualidade da *Yale University*, no Estado de Connecticut, tida como a melhor universidade dos Estados Unidos, é de US\$ 12.960, conforme publicação da revista semanal norte-americana *U.S. News World & Report*.

6. Custo do Aluno no Ensino Fundamental

Os recursos federais alocados para a área de educação apresentaram uma média anual global da ordem de Cr\$ 2.275 bilhões, na década de 80, conforme especificado na Seção IV. Deste montante, Cr\$ 873 bilhões (preços médios/1991) foram destinados ao ensino fundamental e representam apenas 39% do valor global, e os 61% restantes foram alocados para outros programas, dentro dos quais destaca-se o ensino superior, que consumiu mais de 50% destes recursos em sua programação com o objetivo de manter o sistema federal de ensino superior.

A média anual de Cr\$ 873 bilhões foi aplicada na programação destinada a atender anualmente 20 milhões de crianças matriculadas neste ensino. Este montante, convertido em dólares americanos (dólar médio/1991 = 408,73), equivale a US\$ 2.136 milhões, indicando um dispêndio federal da ordem de US\$ 107 anuais *per capita*, que representa aproximadamente 47% do custo médio anual dispendido pela nação com os alunos da rede pública — cerca de US\$ 230. Observa-se que os recursos federais são significativos neste custo, apesar de, constitucionalmente, ser de responsabilidade dos estados e municípios. Isto demonstra a importância dos recursos federais em um sistema federativo como o nosso, em que os estados são muito diferentes entre si por seus problemas peculiares e renda *per capita*, uma vez que existem algumas unidades da Federação que podem aplicar recursos próprios nesta ação governamental. Porém, existem outras que praticamente sobrevivem das transferências constitucionais e voluntárias executadas pelo MEC.

O setor privado não investe em equipamentos e laboratórios e paga muito mal o corpo docente, que de modo geral é constituído por professores horistas, sem nenhuma qualificação e titulação. No caso específico das IFES, sua manutenção é muito elevada, considerando que os recursos federais estão cada vez mais escassos e existe a obrigação constitucional de alocar pelo menos 50% das verbas provenientes da principal fonte financiadora do Sistema Nacional de Educação, que são os 18% oriundos da receita de impostos para o ensino fundamental, restando como alternativa uma reforma estrutural no sistema federal, onde seria permitido cobrar "taxas escolares mensais" do alunado, objetivando aumentar sua receita própria para cobrir os gastos com custeio e, em consequência, liberar recursos para aplicar em dispêndios, como melhoria dos equipamentos, reaparelhamento dos laboratórios e financiamento da pesquisa científica e tecnológica tão necessária ao desenvolvimento de uma nação, ou aplicá-los integralmente no financiamento de bolsas de estudo para alunos carentes. Outrossim, as condições de pleno funcionamento destas instituições não devem restringir-se a uma única fonte de recursos que são, no caso das IFES, recursos do Tesouro alocados no orçamento do Ministério da Educação, e no caso das particulares, as mensalidades escolares.

A captação interna de recursos pode ser ampliada através de convênios e prestação de serviços ao setor público estadual e municipal, empresas, fundações de apoio à pesquisa e cobrança de taxas escolares, no caso particular das IFES. Os recursos externos podem ser obtidos através de organismos de financiamento, como o BID, BIRD, Unesco e OEA, cabendo a cada instituição provar sua competência nos processos de negociação.

A reestruturação do financiamento e a necessidade de se criar novas formas organizacionais tornam esta reformulação imperativa, pois é necessário estabelecer condições para que as instituições de ensino superior desempenhem com eficiência suas principais funções, que são o ensino profissional e desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. Estas alterações deveriam iniciar-se pelo SFES, que chega ao limiar dos anos 90 em profunda crise.

A reforma poderá ser viabilizada, por intermédio de:

- revisão e adequação do perfil da oferta por áreas do conhecimento e dos respectivos currículos e programas;
- expansão de cursos noturnos nas universidades públicas;
- infra-estrutura adequada, com ênfase no apoio aos projetos voltados para melhoria dos equipamentos e laboratórios;
- avaliação periódica dos cursos;
- reestruturação da carreira docente, valorizando o mérito e a competência;
- melhoria da qualificação docente de nível superior;
- apoio ao aluno, através da ampliação do programa de bolsas de estudo e linha de crédito oficial subsidiada em 10 ou 20 anos, visando assegurar o acesso a este nível de ensino aos estudantes carentes e aumentar o contingente de alunos em tempo integral dedicados à ciência e tecnologia;
- maximização da capacidade instalada dos recursos e das disponibilidades docentes;
- democratização do acesso a este nível de ensino, pelo mérito no vestibular;
- adequação do fluxo de alunos no período previsto para conclusão dos cursos, objetivando a igualdade de oportunidade;
- aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento e avaliação de desempenho dos cursos de graduação; e

-
- reestruturação do modelo de financiamento, visando criar fontes alternativas de recursos, adequando-o à nova realidade nacional, mediante revisão do artigo 206 — item IV e 211 — & 1º da Constituição Federal.

Quanto à manutenção e acesso a este nível de ensino, vale salientar que, tendo em vista a revisão constitucional neste exercício, o momento é oportuno para que estas alterações sejam concretizadas através da modificação dos artigos 206, item IV, 208 — item V e 211 — & 1º, que tratam da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais de ensino, da garantia de acesso ao mesmo, e da organização deste sistema de ensino pela União. Com relação a estas alterações, o que se deve fazer a nível de política educacional é acrescentar ao artigo 206 que a gratuidade do ensino é vinculada ao ensino fundamental, e quanto ao artigo 211, que se diga: "os estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, o Sistema Federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o país. Parágrafo 1º — a União prestará assistência técnica e financeira ao poder público estadual e municipal, para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino, dando prioridade ao ensino fundamental".

Com esta modificação, o ensino fundamental será melhor amparado, e a União poderá desenvolver esforços para cumprir o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina que pelo menos 50% dos recursos alocados para a educação sejam destinados para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, e que as universidades se voltem realmente para o seu meio, produzindo melhor a um custo médio menor.

Toma-se imperioso desvincular do SFES a questão da "gratuidade", pois, considerando a situação econômico-financeira do Brasil, este benefício deveria vincular-se somente ao ensino fundamental e médio, objetivando manter a população de 7 a 14 anos na escola e conseqüentemente reduzir um dos maiores problemas neste setor que é a repetência e evasão escolar, bem como fortalecer o ensino médio, visando à profissionalização.

Do mesmo modo, a imposição constitucional de gratuidade e acesso ao ensino superior não é condizente com a realidade, visto que não existem recursos suficientes e vagas para tal finalidade. A garantia de acesso a toda população estudantil inscrita no vestibular é injusta, uma vez que privilegia os bons e maus alunos ao mesmo tempo e não garante ninguém, passando a ser simplesmente um direito constitucional. A garantia deveria ser assegurada aos alunos que obtivessem melhor classificação no vestibular, mediante bolsas de estudo ou linha de crédito oficial subsidiada em 10 ou 20 anos.

Dessa forma, o ensino universitário será democratizado e mais justo socialmente, porquanto garantirá aos estudantes que pertencem às classes sociais mais carentes o acesso a uma boa universidade, se assim o desejarem. Torna-se necessário mudar o quadro atual que é perverso, pois as condições para freqüentar um centro de excelência de alto nível estão vinculadas à situação econômica do estudante, e não à sua capacidade intelectual.

Quanto às ações necessárias para viabilizar a reforma, cabem os seguintes comentários:

- O modelo único de universidade deve ser abolido, dando mais liberdade e autonomia para que cada instituição encontre seu próprio modelo e se integre na sociedade local para desenvolver suas pesquisas, embora a sua manutenção deva ter caráter supletivo em relação à União.
- As relações institucionais das IFES com o governo federal devem ser revistas e modernizadas, tendo em vista a necessidade de maior articulação com a sociedade, por meio da interação com o setor produtivo e com as agências internacionais de produção de ciência e tecnologia.
- A revisão do perfil da oferta é fundamental para adequar a oferta global às necessidades da sociedade e do mercado formal de trabalho. Isto resultará no ajustamento da oferta de cursos e vagas no setor privado, por intermédio da expansão de cursos socialmente relevantes, inclusive no período noturno.

-
- reestruturação do modelo de financiamento, visando criar fontes alternativas de recursos, adequando-o à nova realidade nacional, mediante revisão do artigo 206 — item IV e 211 — & 1º da Constituição Federal.

Quanto à manutenção e acesso a este nível de ensino, vale salientar que, tendo em vista a revisão constitucional neste exercício, o momento é oportuno para que estas alterações sejam concretizadas através da modificação dos artigos 206, item IV, 208 — item V e 211 — & 1º, que tratam da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais de ensino, da garantia de acesso ao mesmo, e da organização deste sistema de ensino pela União. Com relação a estas alterações, o que se deve fazer a nível de política educacional é acrescentar ao artigo 206 que a gratuidade do ensino é vinculada ao ensino fundamental, e quanto ao artigo 211, que se diga: "os estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, o Sistema Federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o país. Parágrafo 1º — a União prestará assistência técnica e financeira ao poder público estadual e municipal, para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino, dando prioridade ao ensino fundamental".

Com esta modificação, o ensino fundamental será melhor amparado, e a União poderá desenvolver esforços para cumprir o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina que pelo menos 50% dos recursos alocados para a educação sejam destinados para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, e que as universidades se voltem realmente para o seu meio, produzindo melhor a um custo médio menor.

Toma-se imperioso desvincular do SFES a questão da "gratuidade", pois, considerando a situação econômico-financeira do Brasil, este benefício deveria vincular-se somente ao ensino fundamental e médio, objetivando manter a população de 7 a 14 anos na escola e conseqüentemente reduzir um dos maiores problemas neste setor que é a repetência e evasão escolar, bem como fortalecer o ensino médio, visando à profissionalização.

Do mesmo modo, a imposição constitucional de gratuidade e acesso ao ensino superior não é condizente com a realidade, visto que não existem recursos suficientes e vagas para tal finalidade. A garantia de acesso a toda população estudantil inscrita no vestibular é injusta, uma vez que privilegia os bons e maus alunos ao mesmo tempo e não garante ninguém, passando a ser simplesmente um direito constitucional. A garantia deveria ser assegurada aos alunos que obtivessem melhor classificação no vestibular, mediante bolsas de estudo ou linha de crédito oficial subsidiada em 10 ou 20 anos.

Dessa forma, o ensino universitário será democratizado e mais justo socialmente, porquanto garantirá aos estudantes que pertencem às classes sociais mais carentes o acesso a uma boa universidade, se assim o desejarem. Torna-se necessário mudar o quadro atual que é perverso, pois as condições para frequentar um centro de excelência de alto nível estão vinculadas à situação econômica do estudante, e não à sua capacidade intelectual.

Quanto às ações necessárias para viabilizar a reforma, cabem os seguintes comentários:

- O modelo único de universidade deve ser abolido, dando mais liberdade e autonomia para que cada instituição encontre seu próprio modelo e se integre na sociedade local para desenvolver suas pesquisas, embora a sua manutenção deva ter caráter supletivo em relação à União.
- As relações institucionais das IFES com o governo federal devem ser revistas e modernizadas, tendo em vista a necessidade de maior articulação com a sociedade, por meio da interação com o setor produtivo e com as agências internacionais de produção de ciência e tecnologia.
- A revisão do perfil da oferta é fundamental para adequar a oferta global às necessidades da sociedade e do mercado formal de trabalho. Isto resultará no ajustamento da oferta de cursos e vagas no setor privado, por intermédio da expansão de cursos socialmente relevantes, inclusive no período noturno.

-
- Com relação ao magistério, é imperioso que sua carreira seja valorizada, melhorando-se as condições de trabalho e de remuneração compatível com a do mercado, porém de forma diferenciada, valorizando o mérito e a competência.
 - Quanto à reestruturação do financiamento visando aumentar a captação de recursos para financiar as instituições federais, torna-se necessário vincular ao mesmo uma reforma administrativa, objetivando racionalizar os gastos. É necessário priorizar algumas despesas em detrimento de outras que não são compatíveis com a situação de crise financeira pela qual estão passando. Podemos citar, como exemplo, os dispêndios com o programa de Assistência ao Educando, dentro do qual são consignados recursos para atender despesas como: alimentação, residência e transporte escolar. Com relação à alimentação, existe o subprograma *restaurante universitário* que visa fornecer refeições subsidiadas à comunidade universitária. No entanto, uma parcela significativa desta comunidade não é carente, visto que 70% do corpo discente é tido como classe média e alta. Este tipo de benefício não deveria ser generalizado, e sim canalizado unicamente para os alunos e trabalhadores que necessitassem deste tipo de ajuda, pois, considerando todos os restaurantes vinculados a estas instituições, os recursos alocados para tal fim são significativos — em 1991 foi da ordem de US\$ 14.680 mil — e com certeza poderiam ser remanejados para atividades-fim consideradas mais prioritárias, vez que os recursos consignados no orçamento não são suficientes.

Tabelas da Seção 2

TABELA 1
BRASIL
ENSINO SUPERIOR
Nº DE FUNÇÕES DOCENTES CONTRATADAS E EM EXERCÍCIO POR
NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL (1980/1991)

FUNÇÕES DOCENTES CONTRATADAS
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

| EXERC. | FED. | EST. | MUNIC. | PART. | TOTAL | % |
|--------|-------|-------|--------|-------|--------|-----|
| 1980 | 45010 | 15180 | 4186 | 52451 | 116827 | |
| 1989 | 48107 | 24812 | 4250 | 63727 | 140896 | 21% |
| 1990 | 49806 | 25580 | 4560 | 65639 | 145585 | |
| 1991 | 48250 | 26393 | 5230 | 67115 | 146988 | 26% |

FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO

| ANO | FED. | EST. | MUNIC. | PARTIC. | TOTAL | AFASTADOS | % |
|------|-------|-------|--------|---------|--------|-----------|-----|
| 1980 | 42010 | 14141 | 4186 | 49461 | 109788 | 7039 | 6 |
| 1989 | 43397 | 22556 | 4142 | 57934 | 128029 | 12867 | 10% |
| 1990 | 44344 | 23224 | 4336 | 59737 | 131641 | 13944 | |
| 1991 | 43404 | 23784 | 4935 | 61012 | 133135 | 13853 | 10% |

FONTE: MEC/Coord. Inf.Planejamento

TABELA 2
ENSINO SUPERIOR
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL (1980/1991)

Nº DE IES
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

| EXERC. | FEDERAL | | ESTADUAL | | MUNICIPAL | | PARTICULAR | | TOT |
|--------|---------|-------|----------|-------|-----------|-------|------------|-------|-----|
| | UNIV. | ISOL. | UNIV. | ISOL. | UNIV. | ISOL. | UNIV. | ISOL. | |
| 1980 | 34 | 18 | 9 | 44 | 2 | 89 | 20 | 662 | 878 |
| 1989 | 35 | 19 | 16 | 68 | 3 | 79 | 39 | 643 | 902 |
| 1990 | 36 | 19 | 16 | 67 | 3 | 81 | 40 | 856 | 918 |
| 1991 | 37 | 19 | 19 | 63 | 3 | 81 | 40 | 631 | 893 |

FONTE: MEC/Coordenação Inf. Planejamento

TABELA 3
ENSINO SUPERIOR
MATRÍCULA POR NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL (1980/1991)

| EXERC. | UNIVERSIDADES | | | | | ISOLADAS, FEDERAÇÕES E INTEGRADAS | | | | | TOTAL GERAL |
|--------|---------------|----------|--------|---------|--------|-----------------------------------|-------|--------|---------|--------|----------------|
| | FEDERAL | ESTADUAL | MUNIC. | PARTIC. | TOTAL | FED. | EST. | MUNIC. | PARTIC. | TOTAL | |
| 1980 | 306099 | 81723 | 17019 | 248359 | 652200 | 11616 | 27529 | 49246 | 636896 | 725086 | 1377286 |
| 1989 | 301536 | 138137 | 21663 | 356889 | 816024 | 13748 | 57560 | 63771 | 577801 | 702880 | 151904 |
| 1990 | 294626 | 136257 | 23499 | 370245 | 824627 | 14241 | 58160 | 51842 | 591210 | 715453 | 1540080 |
| 1991 | 305350 | 153678 | 24390 | 371840 | 855258 | 48637 | 14785 | 58896 | 587480 | 709796 | 1565066 |

FONTE: MEC/Coordenação Inf. Planejamento

TABELA 4
ENSINO SUPERIOR
PRINCIPAIS VARIÁVEIS
BRASIL (1980/1991)

| EXERC. | VAGAS | INSCRIÇÕES VESTIBULAR | INGRESSOS | MATRÍC. | CONCLUINTES | DOCENT. CONTR. | VAGAS OCIOSAS | RELAÇÃO ALUNOS DOCENT. |
|--------|--------|--------------------------|-----------|---------|-------------|-------------------|------------------|------------------------------|
| 1980 | 404814 | 1803567 | 356667 | 1377286 | 226423 | 116827 | 48147 | 11,8 |
| 1989 | 466794 | 1818033 | 382221 | 1518904 | 232275 | 140896 | 84573 | 10,8 |
| 1990 | 502784 | 1905498 | 407148 | 1540080 | 232275 | 145585 | 95636 | 10,6 |
| 1991 | 516663 | 1985825 | 426558 | 1565056 | 230271 | 146988 | 90105 | 10,6 |

FONTE: MEC/Coord. Inf. Planejamento

TABELA 5
ENSINO SUPERIOR
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, CONTRATADAS, AFASTADAS
E EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO
BRASIL (1980/1991)

| ANO | TOTAL DOCENTES CONTRATADOS | DOCENTES AFASTADOS | GRADUAÇÃO | DOCENTES EM EXERC. POR GRAU DE FORMAÇÃO | | |
|------|----------------------------------|-----------------------|-----------|---|----------|-----------|
| | | | | ESPEC./APERF. | MESTRADO | DOCTORADO |
| 1980 | 116827 | 7039 | 49550 | 30360 | 16651 | 13227 |
| 1989 | 140896 | 12867 | 43852 | 41007 | 26899 | 16271 |
| 1990 | 145585 | 13944 | 45352 | 41597 | 27753 | 16939 |
| 1991 | 146968 | 13853 | 42527 | 43850 | 29046 | 17712 |

FONTE: MEC/Coord. Inf. Planejamento

TABELA 6
ENSINO SUPERIOR
VAGAS/INSCRIÇÕES E INGRESSOS POR NATUREZA
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL (1980/1991)

(mil)

| DEPEND. | VAGAS OFERECIDAS | | | INSCRIÇÕES | | | INGRESSOS | | | RELAÇÃO DEMANDA/OFERTA | | |
|---------|------------------|------|------|------------|------|------|-----------|------|------|---------------------------|------|------|
| | 1980 | 1989 | 1991 | 1980 | 1989 | 1991 | 1980 | 1989 | 1991 | 1980 | 1989 | 1991 |
| BRASIL | 405 | 467 | 517 | 1804 | 1818 | 1986 | 357 | 382 | 427 | 4,5 | 3,9 | 3,8 |
| Fed. | 65 | 69 | 79 | 511 | 458 | 564 | 62 | 59 | 69 | 7,8 | 6,6 | 7,1 |
| Est. | 34 | 53 | 53 | 271 | 390 | 384 | 31 | 43 | 48 | 8,0 | 7,3 | 7,2 |
| Munic. | 28 | 27 | 31 | 70 | 62 | 68 | 25 | 23 | 26 | 2,5 | 2,3 | 2,2 |
| Part. | 278 | 318 | 354 | 952 | 908 | 970 | 239 | 257 | 284 | 3,4 | 2,9 | 2,7 |

FONTE: MEC/Coord. Inf. Planejamento

Tabelas da Seção 4

TABELA 1
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 DESPESA GLOBAL
 ORÇAMENTO EXECUTADO A NÍVEL DE PROGRAMA/SUBPROGRAMA
 Exercício — 1990/1991

(recursos de todas as fontes)

(Cr\$ mil)

| PROGRAMAS | 1990 | % | 1991 | % |
|----------------------------|-------------|-------|---------------|-------|
| Administração | 13.559.310 | 3,03 | 43.082.051 | 2,47 |
| Administração financeira | 4.403.822 | 0,99 | 31.687.803 | 1,81 |
| Planejamento governamental | 715.500 | 0,16 | 3.450.672 | 0,20 |
| Ciência e tecnologia | 315.814 | 0,07 | 1.665.735 | 0,10 |
| Telecomunicações | 269.457 | 0,06 | 1.043.356 | 0,06 |
| Serviço de informações | 1.146 | - | - | - |
| Educação de 0 a 6 anos | 585.726 | 0,13 | 15.311.345 | 0,88 |
| Ensino fundamental | 78.388.687 | 17,54 | 310.805.124 | 17,78 |
| Ensino médio | 31.623.206 | 7,07 | 108.983.122 | 6,24 |
| Ensino superior | 256.678.088 | 57,43 | 925.704.766 | 52,98 |
| Ensino supletivo | 6.684 | - | 5.397.808 | 0,31 |
| Assistência a educandos | 359.594 | 0,08 | 2.367.324 | 0,14 |
| Cultura | 1.730.200 | 0,39 | 3.641.586 | 0,21 |
| Educação especial | 858.451 | 0,19 | 6.506.619 | 0,37 |
| Saúde | 27.353.981 | 6,12 | 115.572.625 | 6,61 |
| Proteção ao trabalhador | - | - | 918.256 | 0,05 |
| Creche | 1.141.551 | 0,25 | - | - |
| Assistência | - | - | 362.771 | 0,02 |
| Previdência | 26.545.907 | 5,94 | 160.836.113 | 9,20 |
| Pasep | 2.440.706 | 0,55 | 9.984.923 | 0,57 |
| Ensino superior | 256.678.088 | 57,43 | 925.704.766 | 52,98 |
| Demais programas | 190.299.742 | 42,57 | 821.617.233 | 47,02 |
| TOTAL GERAL | 446.977.830 | 100 | 1.747.321.999 | 1 |

FONTE: MEC/Orçamento Executado — 1990/1991

TABELA 2
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 ENSINO SUPERIOR
 ORÇAMENTO EXECUTADO A NÍVEL DE PROGRAMA/SUBPROGRAMA
 Exercício — 1990/1991

(recursos de todas as fontes)

(Cr\$ mil)

| 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA | | | | |
|--|--------------------|------------|--------------------|------------|
| ENSINO SUPERIOR | 1990 | (%) | 1991 | (%) |
| Administração geral | 310.393 | 0,12 | 1.010.413 | 0,11 |
| Edificações públicas | 3.041 | - | 673.655 | 0,07 |
| Assistência financeira | 268.578 | 0,10 | 6.518.789 | 0,70 |
| Estudos e pesquisas econ.-sociais | 22.164 | 0,01 | - | - |
| Pesquisa fundamental | 2.129.435 | 0,83 | 4.789.875 | 0,52 |
| Pesquisa Aplicada | 2.118.026 | 0,83 | 5.292.950 | 0,57 |
| Desenvolvimento experimental | 22.394 | 0,01 | 108.288 | 0,01 |
| Levantamento do meio ambiente | 3.151 | - | 26.419 | - |
| Ensino de Graduação | 188.384.262 | 73,39 | 643.051.273 | 69,43 |
| Ensino de Pós-graduação | 15.777.963 | 6,15 | 70.087.872 | 7,57 |
| Extensão universitária | 937.032 | 0,37 | 3.516.800 | 0,38 |
| Campus universitário | 6.598.112 | 2,57 | 13.112.286 | 1,42 |
| Treinamento de recursos Humanos | 359.129 | 0,14 | 1.450.986 | 0,16 |
| Bolsas de estudo | 2.626 | - | 37.864.792 | 4,15 |
| Transporte escolar | 2.558 | - | 22.442 | - |
| Difusão cultural | 26.639 | 0,01 | 170.689 | 0,02 |
| Assistência médica e sanitária | 890 | - | 113.799 | 0,01 |
| Residência para educandos | 1.373 | - | 11.539 | - |
| Restaurante universitário | 1.105.628 | 0,43 | 5.956.502 | 0,64 |
| Assistência médica sanitária (hospitais universitários) | 38.604.694 | 15,04 | 131.911.430 | 14,24 |
| Assist. Social geral | - | - | 13.967 | - |
| TOTAL GERAL | 256.678.088 | 100 | 925.704.766 | 100 |

FONTE: MEC/Orçamento Executado — 1990/1991

TABELA 3
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 ENSINO SUPERIOR
 ORÇAMENTO EXECUTADO A NÍVEL DE PROGRAMA/SUBPROGRAMA
 Exercício — 1990/1991

(recursos de todas as fontes)

(Cr\$ mil)

| 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA | | | | |
|--|----------------------|------------|--------------------|------------|
| ENSINO SUPERIOR | 1990 | (%) | 1991 | (%) |
| Administração geral | 1.597.592 | 0,12 | 1.010.413 | 0,11 |
| Edificações públicas | 15.652 | - | 673.655 | 0,07 |
| Assistência financeira | 1.382.370 | 0,10 | 6.518.789 | 0,70 |
| Estudos e pesquisas econ.-sociais | 114.078 | 0,01 | - | - |
| Pesquisa fundamental | 10.960.201 | 0,83 | 4.789.875 | 0,52 |
| Pesquisa Aplicada | 10.901.479 | 0,83 | 5.292.950 | 0,57 |
| Desenvolvimento experimental | 115.261 | 0,01 | 108.288 | 0,01 |
| Levantamento do meio ambiente | 16.218 | - | 26.419 | - |
| Ensino de Graduação | 969.613.796 | 73,39 | 643.051.273 | 69,43 |
| Ensino de Pós-graduação | 81.209.175 | 6,15 | 70.087.872 | 7,57 |
| Extensão universitária | 4.822.903 | 0,37 | 3.516.800 | 0,38 |
| Campus universitário | 33.960.482 | 2,57 | 13.112.286 | 1,42 |
| Treinamento de recursos Humanos | 1.848.436 | 0,14 | 1.450.986 | 0,16 |
| Bolsas de estudo | 13.516 | - | 37.864.792 | 4,15 |
| Transporte escolar | 13.166 | - | 22.442 | - |
| Difusão cultural | 137.110 | 0,01 | 170.689 | 0,02 |
| Assistência médica e sanitária | 4.580 | - | 113.799 | 0,01 |
| Residência para educandos | 7.066 | - | 11.539 | - |
| Restaurante universitário | 5.690.667 | 0,43 | 5.956.502 | 0,64 |
| Assistência médica sanitária (hospitais universitários) | 198.698.360 | 15,04 | 131.911.430 | 14,24 |
| Assist. Social geral | - | - | 13.967 | - |
| TOTAL GERAL | 1.321.122.108 | 100 | 925.704.766 | 100 |

FONTE: MEC/Orçamento Executado — 1990/1991

NOTA: Os valores estão em cruzeiros médios de 1991, índice IGP - FGV.

Tabela da Seção 5

TABELA 1
ENSINO SUPERIOR
MATRÍCULA NAS IFES
BRASIL (1980/1991)

| EXERCÍCIO | MATRÍCULA |
|-----------|-----------|
| 1980 | 316715 |
| 1981 | 313217 |
| 1982 | 316940 |
| 1983 | 340118 |
| 1984 | 326199 |
| 1985 | 326522 |
| 1986 | 325734 |
| 1987 | 329423 |
| 1988 | 317831 |
| 1989 | 315283 |
| 1990 | 347165 |
| 1991 | 353000 |

FONTE: MEC/CPS/Coord. Inf. Planejamento/Senesu
Obs.: Média anual de matrículas (1980 - 1989 = 322.798)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)